

A Constituinte é a única saída, garante Ulysses

Da sucursal de
BRASÍLIA

Todas as propostas alternativas do PMDB, já apresentadas e por apresentar, passam pela convocação da Assembléia Nacional Constituinte. Para Ulysses Guimarães, a constituinte é a "solução-síntese" da crise nacional, certo de que os problemas políticos, econômicos e sociais que afligem a Nação dependem, para o seu equacionamento e solução, da institucionalização do regime democrático "sem adjetivos".

Tudo isso só será legitimamente possível, lembra o presidente do PMDB, "através da convocação da Assembléia Nacional Constituinte". Há, na bancada peemedebista, contudo, um movimento crescente para mudar os rumos táticos do partido. Em documento recente enviado à direção nacional, uma comissão da bancada propôs uma nova "bandeira" ao PMDB: "A bandeira branca das eleições presidenciais diretas".

Os coordenadores da nova pregação, quase todos os deputados de primeiro mandato, entendem que um presidente, eleito pelo voto direto, depositário da confiança nacional, "terá forças e legitimidade para propor à Nação e aos seus parceiros internacionais soluções possíveis de serem efetivadas, em clima de paz e tranquilidade".

Esse governo, nascido das urnas — diz o documento enviado a Ulysses Guimarães — terá como compromisso fundamental a convocação da Assembléia Nacional Constituinte — "livre, popular e soberana".

O secretário-geral do PMDB, Francisco Pinto, contudo, entende que as duas campanhas podem ser feitas simultaneamente — eleições diretas para presidente e convocação da Constituinte. Na sua opinião, o partido não pode, nem deve, fomentar nenhum debate político capaz de alimentar a consolidação do pleito indireto em 1985, "mesmo com as insinuações de mudanças no colégio eleitoral".

Para Francisco Pinto, a única mudança que o PMDB deve defender em relação ao colégio eleitoral é o da sua substituição pelo voto direto do eleitorado.

Esta é, também, a tese de Ulysses Guimarães, de Teotônio Vilela (futuro 1º vice-presidente do partido), dos líderes Humberto Lucena e Freitas Nobre, de Miguel Arraes e de outros dirigentes partidários. Segundo o documento "Esperança e Mudança", do PMDB, "instrumento de

transformação política da ordem social, a Constituinte haverá de assentar os fundamentos de um novo contrato social e político baseado na democracia, na justiça social e na soberania nacional".

DÍVIDA

No campo econômico, devidamente apoiado pelo colégio de vice-líderes, o deputado Freitas Nobre, líder da bancada, examinando a crise sócio-econômica, afirma que é chegada a hora de um outro tipo de colocação junto aos banqueiros internacionais, "que tanto já lucraram na multiplicação do capital original".

O encaminhamento de solução, para a liderança do PMDB, deveria passar "pelo exame da dívida real, excluindo parcelas que significassem abusivas e multiplicadas taxas sobre o capital emprestado". Garante Freitas Nobre que os credores não têm interesse na insolvência ou "quebra" do Brasil, porque lhes interessa receber o que seja possível e manter o País preso por um resto de dívida que o faz escravo do sistema bancário internacional.

A liderança do PMDB entende que a única fórmula capaz de impedir a moratória "que se avizinha a passos largos", com efeitos desastrosos, seria o Brasil reescalonar sua dívida real e não a dívida nominal.

Para o PMDB, a questão sócio-econômica é essencialmente política, pois a opção por um desenvolvimento que integre o povo e não as minorias privilegiadas é que determinará um novo quadro da economia e a abertura de uma perspectiva realista e nacionalista, como saída para a crise que também tem raízes lá fora, "dando frutos no quintal alheio...".

SALÁRIOS

O PMDB reafirmou que, com o apoio do PDT, do PTB e do PT, o Congresso não poderá aprovar o Decreto-Lei nº 2.012, que mudou a política salarial. "O governo vem passando do trágico ao ridículo", disse Freitas Nobre.

O PMDB, pelos seus documentos oficiais, luta por reformas sociais, notadamente da legislação trabalhista, reforma agrária, reforma fundiária (urbana e rural) e de reformas econômico-instrumentais, como as reformas tributárias e financeiras. O partido pretende uma revisão na CLT, pois esta legislação "permanece comprometida por vícios que precisam ser definitivamente extirpados".

O PMDB propõe, ainda, uma política salarial que possibilite a elevação real dos salários de base, a ser induzida pelo aumento real do salário mínimo. Defende, também, a redução firme e gradativa dos coeficientes de correção monetária e queda imediata da taxa de juros; a reimposição imediata e rigorosa dos controles de preços, com mecanismos antecipatórios de detecção dos aumentos de custo; adoção de uma política de crédito, com mecanismos penalizadores para as empresas que ultrapassarem os tetos fixados; e a adoção de uma política de estímulo da oferta de alimentos e gêneros industriais básicos, com controle das margens de lucro industriais e comerciais.

LSN - SNI

Mesmo reconhecendo o avanço democrático do País, o PMDB aponta resquícios do arbítrio, a começar pela vigente Lei de Segurança Nacional, "com utilização indiscriminada de uma lei de guerra, aplicada contra jornalistas, religiosos, posseiros, parlamentares, líderes operários, dentro de um conceito elástico inadmissível, servindo, em geral, de pára-choque às autoridades mais sensíveis à crítica, embora tampouco sensível à corrupção que os rodeia", na afirmativa de Freitas Nobre.

A direção do partido, por sinal, vai ampliar a campanha contra a Lei de Segurança Nacional. Será criado um grupo de trabalho, de dois senadores e três deputados, para estudar a matéria e apresentar, como proposta do PMDB, um estudo à comissão especial do Senado que está estudando essa matéria.

O objetivo é estabelecer um texto claro e preciso para impedir a distorção do conceito de segurança nacional.

Além disso, o PMDB defende uma revisão da legislação que regula o funcionamento do SNI, para impedir o desvio de suas funções específicas no setor de informação. O SNI, segundo o PMDB, deve circunscrever-se às atividades que normalmente lhe deveriam ser reservadas para a informação do Estado de que necessitam os mais altos escalões, no fluxo ascendente e descendente da notícia.

Para o PMDB, a proposta de tregua do presidente Figueiredo deve ser explicitada: "A tregua, significando silêncio ou omissão de crítica equivale a uma fuga à obrigação de denunciar... o que significaria traição aos que nos apoiaram e fraude ao compromisso com a pátria".